

**AdP VALOR – SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.**

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL**

**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS PARA AS  
EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**

**(2022\_002CP)**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**Mai de 2022**

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	<b>4</b>
Cláusula 1ª Objeto	4
Cláusula 2ª Contrato	4
Cláusula 3ª Duração do Contrato	5
<b>CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES</b>	<b>5</b>
<b>Secção I Obrigações do Cocontratante</b>	<b>5</b>
Cláusula 4ª Obrigações do Cocontratante	5
Cláusula 5ª Conformidade e operacionalidade dos bens	6
Cláusula 6ª Entrega dos bens	7
Cláusula 7ª Local da execução do Contrato	8
Cláusula 8ª Condições de entrega dos bens objeto do Contrato	8
Cláusula 9ª Requisitos relativos às condições de instalação	9
Cláusula 10ª Aceitação dos bens	9
Cláusula 11ª Garantia técnica	10
Cláusula 12ª Recolha e retoma de equipamentos	14
Cláusula 13ª Dever de sigilo	15
Cláusula 14ª Tratamento de dados pessoais	15
Cláusula 15ª Conservação de dados pessoais	17
Cláusula 16ª Transferência de dados pessoais	17
Cláusula 17ª Dever de cooperação	18
<b>Secção II OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS</b>	<b>18</b>
Cláusula 18ª Obrigações da AdP VALOR	18
Cláusula 19ª Obrigações das Contraentes Públicas	19
Cláusula 20ª Nota de Encomenda	19
Cláusula 21ª Preço base e Preço contratual	19
Cláusula 22ª Condições de pagamento	20
Cláusula 23ª Faturação Eletrónica	21
<b>Secção III Acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato</b>	<b>22</b>
Cláusula 24ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato	22
<b>CAPÍTULO III VICISSITUDES CONTRATUAIS</b>	<b>22</b>
Cláusula 25ª Sanções contratuais	22
Cláusula 26ª Força maior	24

Cláusula 27ª	Resolução do Contrato por parte das Contraentes Públicas .....	25
Cláusula 28ª	Resolução do Contrato por parte do Cocontratante .....	26
<b>CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>		<b>26</b>
Cláusula 29ª	Deveres de Informação .....	26
Cláusula 30ª	Comunicações .....	26
Cláusula 31ª	Foro competente.....	27
Cláusula 32ª	Direito aplicável e natureza do Contrato .....	27
Cláusula 33ª	Contagem dos prazos.....	27
ANEXO I Lotes e quantidades por Contraentes Públicas .....		28
ANEXO II Especificações técnicas dos equipamentos .....		29
ANEXO III Locais de entrega .....		37
ANEXO IV Preços-base e Preços unitários máximos, por lote.....		39
ANEXO V Report Informação dos Equipamentos Entregues.....		40

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar entre as entidades adjudicantes identificadas no **ANEXO I** ao programa do procedimento, e o(s) respetivo(s) adjudicatário(s) e tem por objeto principal a aquisição de equipamentos informáticos.
2. O procedimento compreende os lotes previstos no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Contrato**

1. O Contrato integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos e anexos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

### **Cláusula 3ª**

#### **Duração do Contrato**

- I O Contrato será válido até ao término final do prazo de garantia constante da proposta adjudicada.
- 2 O fornecimento dos bens objeto do procedimento deverá ocorrer no prazo de máximo de 60 (sessenta) dias após o envio da respetiva nota de encomenda.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **SECÇÃO I**

#### **OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE**

### **Cláusula 4ª**

#### **Obrigações do Cocontratante**

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do **Cocontratante**:
  - a) Fornecer os equipamentos e/ou prestar os serviços em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
  - b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais e ambientais exigidos para os equipamentos a fornecer, tal como previstos no presente Caderno de Encargos, nomeadamente as especificações técnicas constantes no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos, e na legislação aplicável;
  - c) Garantir os equipamentos fornecidos, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
  - d) Entregar os equipamentos nos locais identificados no **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos;
  - e) Assegurar a reparação ou a substituição dos equipamentos, de acordo com as condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos;

- f) Garantir que os equipamentos fornecidos cumprem o disposto Diretiva 2011/65/UE, a qual foi transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 30/2016, de 24 de junho, bem como na Diretiva 2002/96/CE (REEE), de acordo com a reformulação operada pela Diretiva 2012/19/UE, a qual foi transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro;
  - g) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, às respetivas **Contraentes Públicas** os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos equipamentos objeto do Contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do Contrato celebrado;
  - h) Não alterar as condições do fornecimento dos equipamentos fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
  - i) Prestar de forma correta e fidedignas as informações referentes às condições em que são fornecidos os equipamentos, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelas **Contraentes Públicas**;
  - j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
  - k) Dispor de um serviço de apoio técnico disponível em horário de trabalho (*helpdesk*) durante o prazo de garantia do equipamento fornecido;
  - l) Atualizar os catálogos com as especificações técnicas dos Equipamentos, sempre que se justificar, no âmbito da garantia técnica.
2. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da formação e da execução do Contrato, não utilizando as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.

### **Cláusula 5ª**

#### **Conformidade e operacionalidade dos bens**

1. O **Cocontratante** obriga-se a entregar às **Contraentes Públicas** os bens objeto do Contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

2. Os bens objeto do Contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O **Cocontratante** é responsável perante as **Contraentes Públicas** por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do Contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

### **Cláusula 6ª**

#### **Entrega dos bens**

1. Os fornecimentos são realizados na sequência de notas de encomenda remetidas pelas **Contraentes Públicas** via correio eletrónico, de acordo com a obrigação fixada na cláusula 20.ª do presente Caderno de Encargos.
2. As **Contraentes Públicas** notificarão o **Cocontratante** para a entrega dos equipamentos objeto do presente Contrato, com indicação da respetiva marca/modelo/perfil, bem como da quantidade a adquirir e respetivos locais de entrega de acordo com os indicados no ponto I do **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos.
3. O **Cocontratante** compromete-se a entregar os equipamentos solicitados, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de envio da nota de encomenda referida no número anterior.
4. Rececionada a nota de encomenda, os equipamentos serão entregues no local indicado nas respetivas notas de encomenda, nas seguintes condições:
  - a) Em conformidade com as especificações técnicas aplicáveis;
  - b) Com toda a documentação legal necessária à sua circulação.
5. Em caso de alterações dos locais de entrega dos equipamentos definidos no ponto I do **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos, o **Cocontratante** obriga-se a manter as condições negociadas desde que os novos locais de entrega se situem num raio igual ou inferior a 50 km em relação aos locais anteriores.
6. A entrega dos equipamentos é sempre acompanhada dos seguintes documentos:
  - a) Guia de remessa da qual deve constar, designadamente:
    - I. A data de entrega;

- II. Identificação do **Cocontratante**;
  - III. Identificação da **Contraente Pública** e local de entrega;
  - IV. Data do pedido e número da encomenda emitida;
  - V. Número do Contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
  - VI. Indicação dos equipamentos (quantidade e lote);
  - VII. Número de série de cada equipamento.
7. A cópia da guia de remessa, assinada pela **Contraente Pública**, fica na posse do(s) **Cocontratante(s)**, constituindo prova bastante da entrega dos equipamentos.
8. O **Cocontratante** deverá enviar uma cópia da respetiva guia de remessa, depois de assinada, às **Contraentes Públicas**.
9. A assinatura da guia de remessa pela **Contraente Pública** não implica a aceitação de eventuais discrepâncias dos equipamentos com as características previstas no presente Caderno de Encargos.
10. Se após o prazo definido no n.º 3, o **Cocontratante** não dispuser do(s) equipamento(s), por rutura temporária de stock, deve comunicar tal facto, atempadamente, às **Contraentes Públicas**, tendo 10 (dez) dias úteis para entregar os equipamentos em falta.

### **Cláusula 7ª**

#### **Local da execução do Contrato**

O local da execução do Contrato será conforme o estabelecido nos pontos 1 e 2 do **ANEXO III** do presente Caderno de Encargos.

### **Cláusula 8ª**

#### **Condições de entrega dos bens objeto do Contrato**

- 1. O **Cocontratante** deverá fornecer os equipamentos, nos locais identificados nos pontos 1 e 2 do **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos.
- 2. O risco nas fases de acondicionamento, transporte, embalagem, carga e descarga da entrega, é da exclusiva responsabilidade do **Cocontratante**.
- 3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do Contrato e respetivos documentos para o local da entrega são da responsabilidade do **Cocontratante**.



## Cláusula 9ª

### Requisitos relativos às condições de instalação

O **Cocontratante** será responsável por garantir as condições normais de funcionamento dos equipamentos fornecidos, incluindo os seguintes serviços:

- a) Entrega dos equipamentos novos nos locais definidos no ponto I do **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos;
- b) Instalação do sistema operativo;
- c) Instalação da imagem fornecida pela **Contraente Pública**, quando aplicável;
- d) Cadastro dos equipamentos e proceder à recolha e entrega dos equipamentos antigos nas instalações indicadas pela **Contraente Pública**, quando aplicável;
- e) Formação inicial básica aos técnicos das áreas de SI responsáveis pelo *replacement*, em algumas funcionalidades fora do standard, quando aplicável;
- f) Sempre que ocorra o abate de equipamentos antigos e/ou ocorra uma avaria nos novos equipamentos, no decorrer do período de garantia, toda a informação residente nos respetivos suportes lógicos deverá ser destruída. Este serviço deverá obedecer aos seguintes requisitos:
  - I. Certificação de abate de resíduos lógicos, com indicação dos *serial number* e data da execução do serviço;
  - II. Fotografia de todos os suportes abatidos.

## Cláusula 10ª

### Aceitação dos bens

1. Após o ato de entrega e de instalação dos equipamentos, a **Contraente Pública** dispõe de um prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis para proceder à verificação quantitativa e qualitativa dos equipamentos, efetuando testes e aferindo eventuais irregularidades ou a existência de defeitos de fabrico, transporte ou montagem.
2. A **Contraente Pública** poderá solicitar a colaboração do **Cocontratante** para a realização dos testes referidos no número anterior.
3. A **Contraente Pública** deve transmitir ao **Cocontratante** todas as irregularidades encontradas, sendo que, findo o prazo mencionado no n.º I desta cláusula sem que tenha

sido comunicada a rejeição dos equipamentos, considera-se que há lugar à aceitação definitiva dos mesmos.

4. Caso haja lugar à rejeição de equipamentos, será da responsabilidade do **Cocontratante** a retificação das anomalias detetadas, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.
5. Em caso de rejeição dos equipamentos, o **Cocontratante** dispõe de um prazo máximo de 15 (*quinze*) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 3, para proceder à substituição dos equipamentos rejeitados.
6. Quando as deficiências e irregularidades detetadas não impliquem a rejeição dos equipamentos, o **Cocontratante** dispõe de um prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 3, para suprir as deficiências e irregularidades detetadas.
7. Todos os encargos com a devolução e a substituição dos equipamentos rejeitados são da exclusiva responsabilidade do **Cocontratante**.
8. A rejeição dos equipamentos disponibilizados nos termos da presente cláusula não confere ao **Cocontratante** o direito a qualquer indemnização.
9. A rejeição dos equipamentos por parte da **Contraente Pública** pode conferir-lhe o direito a ser indemnizada, pelos custos incorridos e prejuízos comprovadamente sofridos.
10. Sem prejuízo do disposto da cláusula 6.ª, se os equipamentos não se encontrarem conformes, a **Contraente Pública** não assinará a guia de remessa, sendo esta devolvida ao **Cocontratante**, aplicando-se as sanções contratuais previstas no presente Caderno de Encargos.
11. Após a aceitação definitiva dos equipamentos e entrada dos equipamentos no período de garantia, deverá ser disponibilizado às **Contraentes Públicas**, no prazo de 10 (*dez*) dias úteis a contar do início da garantia, um ficheiro, em formato editável, contendo a informação constante no **ANEXO V**.

## **Cláusula 11ª**

### **Garantia técnica**

- I. O **Cocontratante** deve garantir os bens fornecidos contra quaisquer deficiências ou desconformidades com as exigências legais e com as características e especificações técnicas, nos termos do disposto no CCP e demais legislação que disciplina os aspetos relativos à

aquisição de bens móveis de consumo.

2. O prazo de vigência da garantia conta-se a partir da data de aceitação definitiva dos equipamentos.
3. Durante o prazo de garantia, a prestação do serviço de assistência técnica ONSITE será realizada nos locais indicados no ponto 2 do **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos.
4. Em caso de alteração dos locais referidos no número anterior, o **Cocontratante** obriga-se a manter as condições negociadas, desde que os novos locais de prestação do serviço de assistência técnica ONSITE se situem num raio igual ou inferior a 50 km em relação aos locais anteriores.
5. Durante o prazo de garantia o **Cocontratante** deverá dispor de serviço de apoio técnico permanente (*helpdesk*), durante o horário normal de trabalho, entre as 09h00 e as 18h00, ao qual se possa comunicar, através de correio eletrónico, número de telefone ou via portal web, todas as incidências e dúvidas técnicas surgidas com o equipamento fornecido.
6. Caso a comunicação seja feita via plataforma web, o **Cocontratante** deverá disponibilizar neste, no mínimo, as seguintes funcionalidades:
  - a) Permitir o acesso a toda a informação das assistências técnicas criadas no âmbito dos Contratos estabelecidos com as **Contraentes Públicas**, devendo, para tal, ser criado um código de utilizador e respetiva palavra-passe de acesso por **Contraente Pública**;
  - b) Solicitação de serviços de assistência técnica (criação de *tickets*);
  - c) A informação das assistências técnicas deve ser desagregada, no mínimo, nas seguintes categorias:
    - I. Por **Contraente Pública**;
    - II. Por local;
    - III. Por equipamento;
    - IV. Por estado da assistência técnica;
    - V. Por SLA.
  - d) Filtragem da informação das assistências técnicas, conforme com as categorias indicadas na alínea anterior;
  - e) Possibilitar a extração da informação das assistências técnicas através de ficheiro editável;

- f) Disponibilização de sistema de alarmística para controlo e monitorização das assistências técnicas, decorrente de alteração do respetivo estado, através de notificação remetida por *e-mail*;
  - g) Controlo e monitorização de SLA, nomeadamente dos tempos de resposta às solicitações de assistência técnica e respetivos tempos de resolução, devendo a plataforma possibilitar o acesso aos mesmos.
7. No âmbito do serviço indicado no número anterior, a abertura de pedidos de assistência técnica pelas **Contraentes Públicas** dará origem à criação de incidentes na plataforma de gestão de serviço do **Cocontratante**, devendo ser atribuído um código de incidente por cada problema reportado, mesmo que este diga respeito ao mesmo equipamento. Os códigos gerados deverão ser comunicados às **Contraentes Públicas** como resposta à abertura dos pedidos de assistência técnica.
8. A garantia dos equipamentos abrange:
- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
  - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
  - e) O transporte dos bens ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
  - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
  - g) A mão-de-obra;
  - h) A intervenção no dia útil seguinte à comunicação da ocorrência e nas instalações da **Contraente Pública**;
  - i) Em caso de avaria ou desastre que ocorra com a informação residente nos suportes físicos (discos rígidos) dos novos equipamentos, o **Cocontratante** deverá assegurar um serviço de recuperação de dados. Este serviço deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- I. Recuperação de dados em todos os tipos de dispositivos físicos alvo deste concurso;
  - II. Disponibilidade de 24 horas e 7 (sete) dias/semana;
  - III. Confidencialidade dos Dados;
  - IV. Disco de retorno (gravação) com os dados recuperados, que deve ser entregue em modo encriptado, sem intermediários, e cuja chave deve ser disponibilizada após conclusão do trabalho, sendo posteriormente devolvido ao prestador do serviço;
  - V. A recuperação dos dados deve ocorrer em território nacional (Portugal Continental) em laboratório certificado e dotado de Câmaras Limpas para abertura de discos em Segurança;
  - VI. A empresa prestadora do serviço de recuperação de dados deve demonstrar o cumprimento dos requisitos da norma ISO27001:2013 ou equivalente, no âmbito do serviço de recuperação de dados informáticos;
  - VII. A empresa prestadora do serviço de recuperação de dados deve guardar uma cópia dos dados recuperados, por um período mínimo de 15 (quinze) dias após a entrega dos dados.
- j) Sempre que ocorra avaria que obrigue à substituição dos suportes físicos (discos rígidos) nos novos equipamentos, no decorrer do período de garantia, o **Cocontratante** deverá assegurar que toda a informação residente nos respetivos suportes físicos é destruída. Este serviço deverá obedecer aos seguintes requisitos:
- I. Certificação de abate lógico de informação em dispositivos contratados, com indicação dos *serial number* (dos discos ou do computador) e data da execução do serviço, garantindo que foram executados todos os procedimentos que impeçam qualquer recuperação de dados residentes nos referidos dispositivos;
  - II. Fotografia de todos os suportes alvo de destruição lógica;
  - III. A empresa prestadora do serviço de recuperação de dados deve demonstrar o cumprimento dos requisitos da norma ISO27001:2013 ou equivalente, no âmbito do serviço de destruição de dispositivos.
- k) Os serviços indicados nas alíneas i) e j) do presente número compreendem as devidas evidências para futuras auditorias.

- I) No caso dos equipamentos indicados nos lotes 3, 4 e 5, a garantia é extensível à bateria fornecida, que deverá ser sempre substituída quando ocorra uma das seguintes situações previstas:
- I. Avaria;
  - II. A autonomia proporcionada seja inferior a 80% do seu valor inicial, de acordo com a informação obtida no relatório produzido pela instrução do sistema operativo Windows 10 (powercfg – energy – batteryreport filename\*.\*)).
9. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas no prazo de 10 (dez) dias úteis.
10. No caso de ser ultrapassado o prazo estabelecido no número anterior, o Cocontratante obriga-se a entregar, no dia útil imediato, um equipamento de substituição de características idênticas ao avariado, pelo período necessário à reparação.

## **Cláusula 12ª**

### **Recolha e retoma de equipamentos**

1. Quando solicitado por escrito pela **Contraente Pública**, e até à aceitação definitiva dos equipamentos nos termos da cláusula 10.ª, o Cocontratante deve proceder à recolha dos equipamentos obsoletos, em prazo que não poderá exceder 2 (dois) meses a contar da data da solicitação.
2. O **Cocontratante** é responsável por todos os danos causados em pessoas e bens decorrentes da remoção de equipamentos obsoletos.
3. O **Cocontratante** deve proceder à remoção e tratamento dos equipamentos obsoletos nos termos da legislação em vigor, nomeadamente da Diretiva 2011/65/UE, a qual foi transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 79/2013, 11 junho, e pelo Decreto-Lei n.º 30/2016, de 24 de junho, bem como da Diretiva 2002/96/CE (REEE), de acordo com a reformulação operada pela Diretiva 2012/19/UE, a qual foi transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro.
4. Quando exista lugar ao abate de equipamentos antigos, o **Cocontratante** tem de certificar de que toda a informação residente nos respetivos suportes lógicos é destruída. Este serviço tem de obedecer com os seguintes requisitos:

- a) Fotografia de todos os suportes abatidos;
- b) Certificado com identificação dos mesmos (Marca; Modelo e Serial Number);
- c) Vídeo de todos os intervenientes e operação realizada com evidências do abate;
- d) Certificado ambiental de abate de resíduos eletrónicos.

### **Cláusula 13ª**

#### **Dever de sigilo**

- 1. O **Cocontratante** obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às **Contraentes Públicas**, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2. O **Cocontratante** obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
- 3. O **Cocontratante** obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que as **Contraentes Públicas** lhe indiquem para esse efeito.
- 4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (*dois*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 14ª**

#### **Tratamento de dados pessoais**

- 1. No caso de o **Cocontratante** necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções das **Contraentes Públicas**, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
- 2. O **Cocontratante** não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
- 3. O **Cocontratante** deve cumprir rigorosamente as instruções das **Contraentes Públicas** no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.

4. O **Cocontratante** deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O **Cocontratante** deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelas **Contraentes Públicas**, ou por quem atue em representação destas.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O **Cocontratante** deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o **Cocontratante** responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita das **Contraentes Públicas**, o **Cocontratante** deve, no prazo de **15 (quinze) dias**, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O **Cocontratante** deve comunicar de imediato às **Contraentes Públicas** quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O **Cocontratante** encontra-se adstrito a notificar de imediato as **Contraentes Públicas** de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o **Cocontratante** tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, as **Contraentes Públicas** disponibilizando-lhes uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-as das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.



12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao **Cocontratante**, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para as **Contraentes Públicas**:
- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
  - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
  - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O **Cocontratante** obriga-se a ressarcir as **Contraentes Públicas** por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do **Cocontratante** e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelas **Contraentes Públicas**, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

#### **Cláusula 15ª**

##### **Conservação de dados pessoais**

1. O **Cocontratante** deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1(um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelas **Contraentes Públicas**.
2. Dependendo da opção das **Contraentes Públicas**, o **Cocontratante** apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

#### **Cláusula 16ª**

##### **Transferência de dados pessoais**

O **Cocontratante** não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita das **Contraentes Públicas**, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, as **Contraentes Públicas** antes de proceder a essa transferência.

#### **Cláusula 17ª**

##### **Dever de cooperação**

O **Cocontratante** deve cooperar com as **Contraentes Públicas** ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo **Cocontratante** em representação das **Contraentes Públicas**;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

#### **SECÇÃO II**

##### **OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS**

#### **Cláusula 18ª**

##### **Obrigações da AdP VALOR**

Constituem obrigações da **AdP VALOR**:

- a) Gerir o contrato em representação das **Contraentes Públicas**;
- b) Prestar esclarecimentos às **Contraentes Públicas** sobre os termos do contrato e coligir as reclamações sobre a execução contratual;
- c) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
- d) Monitorizar a qualidade e quantidade dos bens fornecidos e, quando necessário, sugerir às **Contraentes Públicas** a aplicação de sanções contratuais;
- e) Aplicar sanções contratuais, caso se justifique.

### **Cláusula 19ª**

#### **Obrigações das Contraentes Públicas**

Constituem obrigações das **Contraentes Públicas**:

- a) Proceder à encomenda dos artigos identificados no **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos.
- b) Monitorizar a quantidade e qualidade dos bens fornecidos;
- c) Nomear um responsável pela gestão do Contrato para efeitos de comunicações com a **AdP VALOR**, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
- d) Comunicar, em tempo útil, à **AdP VALOR**, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato e reportar os resultados da monitorização;
- e) Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos produtos fornecidos;
- f) Facultar toda a informação relativa às entregas efetuadas ao abrigo do contrato, quando solicitado pela **AdP VALOR**;
- g) Armazenar os bens em locais de acesso restrito e controlado;
- h) Aplicar sanções contratuais, caso se justifique.

### **Cláusula 20ª**

#### **Nota de Encomenda**

Cada **Contraente Pública** obriga-se a emitir as notas de encomenda correspondentes aos valores adjudicados, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato.

### **Cláusula 21ª**

#### **Preço base e Preço contratual**

1. Os preços base por lote, os quais não incluem o imposto sobre o valor acrescentado, são os apresentados na **Tabela 1 do ANEXO IV** ao presente Caderno de Encargos.
2. O presente procedimento encontra-se sujeito aos preços-máximos unitários que se encontram definidos na **Tabela 2 do ANEXO IV** do presente Caderno de Encargos, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor.
3. Pelo fornecimento dos bens objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, as **Contraentes Públicas** devem pagar ao **Cocontratante** o produto do preço unitário de cada modelo constante da proposta adjudicada pelas quantidades fixadas no presente Caderno de Encargos,

acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

4. O preço inclui todos os custos encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **Contraente Pública**, nomeadamente os relativos a:
- i) Preço do equipamento, componentes, acessórios e periféricos;
  - ii) Acondicionamento;
  - iii) Embalagem;
  - iv) Armazenagem;
  - v) Carga, transporte e descarga no respetivo local de entrega, conforme constante do ponto I do **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos;
  - vi) Responsabilidade pela carga, transporte e descarga até ao respetivo local de entrega;
  - vii) Instalação e configuração dos equipamentos, quando aplicável;
  - viii) Fichas técnicas e manuais de utilizador;
  - ix) Licenças de utilização dos sistemas operativos fornecidos com os equipamentos;
  - x) Garantia e reparação.

#### **Cláusula 22ª**

##### **Condições de pagamento**

1. O pagamento será efetuado por cada **Contraente Pública**, após a entrega de todos os bens adjudicados.
2. A(s) quantia(s) devida(s) pelas **Contraentes Públicas** a título de preço contratual, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção de uma única fatura por **Contraente Pública**, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação correspondente.
3. A(s) fatura(s) a apresentar deve(m) conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.
4. Em caso de incorreção quanto aos valores indicados na(s) fatura(s), as **Contraentes Públicas** devem comunicar ao **Cocontratante**, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

### **Cláusula 23ª**

#### **Faturação Eletrónica**

1. A faturação deve ser efetuada de acordo com o disposto no Código do IVA, devendo a fatura mencionar todos os números das notas de encomenda e das guias de remessa a que dizem respeito.
2. Durante o período transitório estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, as faturas são emitidas pelo **Cocontratante** em formato papel.
3. Decorrido o período transitório referido no número anterior e após confirmação pela AdP VALOR, as faturas eletrónicas a emitir pelo **Cocontratante** deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Caso o **Cocontratante** não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
  - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>
  - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab>.
5. Preencher o formulário de adesão: [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIU5](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5).
6. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal – Manual de Boas Práticas – Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
7. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelas **Contraentes Públicas** não será objeto de qualquer cobrança adicional.

### SECÇÃO III

#### ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

##### Cláusula 24ª

##### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato**

1. A execução do Contrato é permanentemente acompanhada pelos gestores do Contrato designados pelas **Contraentes Públicas**, a identificar no Contrato.
2. No exercício das suas funções, cada gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do Contrato pelo **Cocontratante**.
3. Caso o gestor do Contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do Contrato, determina ao **Cocontratante** que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

### CAPÍTULO III

#### VICISSITUDES CONTRATUAIS

##### Cláusula 25ª

##### **Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, a **Contraente Pública**, pode exigir do **Cocontratante** o pagamento de uma sanção contratual, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, designadamente nos seguintes casos:
  - a) Pelo incumprimento do prazo estipulado no n.º 3 da cláusula 6.ª, por causa imputável ao **Cocontratante**, a **Contraente Pública** pode, em caso de não entrega de algum ou alguns dos equipamentos de cada lote, aplicar uma sanção de 3% do valor de cada equipamento não entregue por cada dia de atraso;
  - b) Pelo incumprimento do prazo estipulado no n.º 10 da cláusula 6.ª, por causa imputável ao **Cocontratante**, a **Contraente Pública** pode, em caso de não entrega de algum ou alguns dos equipamentos de cada lote, aplicar uma sanção de 3% do valor de cada equipamento não entregue por cada dia de atraso;
  - c) Pelo incumprimento do prazo estipulado no n.º 5 da cláusula 10.ª, por causa imputável ao **Cocontratante**, a **Contraente Pública** pode aplicar uma sanção de 3% sobre o valor unitário do equipamento por cada dia de atraso;

- d) Pelo incumprimento do prazo estipulado no n.º 6 da cláusula 10.ª, por causa imputável ao **Cocontratante**, a **Contraente Pública** pode aplicar uma sanção de 1% sobre o valor unitário do equipamento por cada dia de atraso;
  - e) Pelo incumprimento do prazo estipulado no n.º 11 da cláusula 10.ª, por causa imputável ao **Cocontratante**, a **Contraente Pública** pode aplicar uma sanção de 0,01% do preço contratual por cada dia de atraso;
  - f) Pelo incumprimento da obrigação estipulada no n.º 10 da cláusula 11.ª, por causa imputável ao **Cocontratante**, a **Contraente Pública** pode aplicar uma sanção de 3% sobre o valor unitário de cada equipamento por cada dia de atraso;
  - g) Pelo incumprimento do prazo estipulado no n.º 1 da cláusula 12.ª, por causa imputável ao **Cocontratante**, a **Contraente Pública** pode aplicar uma sanção de 0,01% do preço contratual por cada dia de atraso.
  - h) Em caso de resolução do Contrato por incumprimento do **Cocontratante**, a **Contraente Pública**, pode exigir-lhe uma sanção contratual até 20% do valor global do Contrato.
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a **Contraente Pública** decida não proceder à resolução do Contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
3. Ao valor da sanção contratual previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do Contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. A **Contraente Pública** pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
5. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a **Contraente Pública** exija uma indemnização pelo dano excedente.

## **Cláusula 26<sup>a</sup>**

### **Força maior**

- 1** Não podem ser impostas sanções contratuais ao **Cocontratante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
- 2** Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
- 3** Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Cocontratante**, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Cocontratante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **Cocontratante** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **Cocontratante** de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do **Cocontratante** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Cocontratante** não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



- 4 A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
- 5 A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo **Cocontratante** das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza as **Contraentes Públicas** a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o **Cocontratante** direito a qualquer indemnização.

#### **Cláusula 27ª**

##### **Resolução do Contrato por parte das Contraentes Públicas**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as **Contraentes Públicas** podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. As **Contraentes Públicas** podem resolver o contrato designadamente nos casos de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens por um prazo superior a 30 (*trinta*) dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao **Cocontratante** e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelas **Contraentes Públicas**.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do **Cocontratante** pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo da cláusula 25.ª relativamente às prestações objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstando a que as **Contraentes Públicas** exijam uma indemnização pelos danos excedentes.

### **Cláusula 28ª**

#### **Resolução do Contrato por parte do Cocontratante**

1. O **Cocontratante** pode resolver o Contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do Contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo **Cocontratante**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

## **CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 29ª**

#### **Deveres de Informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

### **Cláusula 30ª**

#### **Comunicações**

1. Salvo quando o contrário resulte do Contrato, quaisquer comunicações entre as **Contraentes Públicas** e o **Cocontratante** relativas ao Contrato devem ser dirigidas, por carta registada em correio simples ou com aviso de receção ou correio eletrónico, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes identificados no Contrato.

2. Qualquer comunicação efetuada por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais, conforme seja remetida por correio registado com aviso de receção ou correio registado simples.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados considera-se efetuada na data da expedição.

### **Cláusula 31<sup>a</sup>**

#### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

### **Cláusula 32<sup>a</sup>**

#### **Direito aplicável e natureza do Contrato**

O Contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

### **Cláusula 33<sup>a</sup>**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

## ANEXO I

### LOTES E QUANTIDADES POR CONTRAENTES PÚBLICAS

Entidade	LOTE 1			LOTE 2	LOTE 3				LOTE 4					LOTE 5	LOTE 6		
	COMPUTADORES FIXOS			ALL-IN-ONE	COMPUTADORES PORTÁTEIS SSD ≥ 500 GB				COMPUTADORES PORTÁTEIS SSD ≥ 1TB					PORTÁTIL INDUSTRIAL	MONITORES		
	PADRÃO	ALTO DESEMPENHO	INDUSTRIAL	PADRÃO	DEVELOPER	OFFICE WORKER	MOBILE WORKER	ULTRABOOK	DEVELOPER	OFFICE WORKER	OFFICE WORKER	MOBILE WORKER	ULTRABOOK	C/ Docking	PADRÃO	GRANDE FORMATO	GRANDE FORMATO ULTRA WIDE CURVO
					C/ Docking	C/ Docking	C/ Docking	C/ Docking	C/ Docking	C/ Docking	S/ Docking	C/ Docking	C/ Docking				
AdP VALOR	0	0	0	0	0	10	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Águas do Norte	0	0	30	3	0	0	0	0	5	0	120	0	0	40	10	0	0
Águas do Alto Minho	0	0	0	0	4	20	0	1	0	0	0	0	0	0	10	6	0
Águas da Região de Aveiro	0	0	0	0	0	13	0	0	3	0	0	9	2	1	0	0	2
Águas do Centro Litoral	35	0	0	0	5	59	26	0	0	0	0	0	0	0	30	3	2
EPAL	0	0	0	0	0	0	0	0	40	160	20	0	0	0	0	80	35
Simarsul	14	1	0	0	6	17	27	3	0	0	0	0	0	0	14	39	6
Águas Publicas do Alentejo	0	0	0	0	0	20	0	5	0	0	0	0	0	0	10	0	1
Águas de Santo André	0	0	2	3	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	10	1	0
Águas do Algarve	0	0	0	0	0	32	0	0	0	0	0	0	0	3	28	10	1
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>1</b>	<b>32</b>	<b>6</b>	<b>15</b>	<b>171</b>	<b>58</b>	<b>10</b>	<b>48</b>	<b>160</b>	<b>140</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>44</b>	<b>112</b>	<b>139</b>	<b>47</b>

## ANEXO II

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS

#### Lote I – Desktops

Foram definidos 3 perfis (**Padrão; Alto Desempenho; Industrial**) baseados em diferentes perfis de utilizadores e necessidades.

As seguintes especificações são os requisitos mínimos que devem estar presentes em todos os perfis:

Requisitos mínimos para perfis de desktop	
	10 <sup>th</sup> gen Intel® Core™ i7 CPU i7-10700 2.9Ghz 16M 6C CPU, with Extended Page Tables (EPT) or equivalent;
	4 Memory Slots DDR4 at 2666 MT/s;
	Integrated GPU minimum 256MB shared memory;
	USB Mouse and Keyboard (Portuguese layout);
	Win 11 certified;

Adicionalmente, a tabela seguinte apresenta as restantes especificações divididas por perfis, as quais devem ser consideradas como parte dos requisitos mínimos do respetivo perfil:

Padrão	Especificações mínimas por perfil
	Small Form Factor;
	1 x 8 GB RAM at 2666 MT/s;
	Internal SSD ≥ 500GB;
	2 Video Output Ports (1 x Displayport and 1 x HDMI);
	Ethernet port 10/100/1000 onboard;
	4 x USB (where 2 x USB 3.1 and 2 USB Front);

Alto Desempenho	Especificações mínimas por perfil
	Small Form Factor;
	2 x 8 GB RAM at 2666 MT/s;
	Internal SSD ≥ 500GB;
	nVidia/AMD GPU with 2GB dedicated RAM or equivalent;
	2 Video Output Ports (1 x Displayport and 1 x HDMI);
	Ethernet port 10/100/1000 onboard;
	4 x USB (where 2 x USB 3.1 and 2 USB Front);

Industrial	Especificações mínimas por perfil
	1 x 8 GB RAM at 2666 MT/s;
	Internal SSD ≥ 500GB;
	2 Video Output Ports (1 x Displayport and 1 x HDMI);
	2 x Ethernet port 10/100/1000;
	1 x serial port (RS-232 DE9)
	1 x parallel LPT port
	4 x USB (where 2 x USB 3.1 and 2 USB Front);

### **Lote 2 – All-In-One**

Requisitos mínimos para perfis de All-in-one
10 <sup>th</sup> generation CPU Intel i5-10500 3.1G 12M 6C CPU or equivalent;
2 Memory Slots DDR4 at 2666 MT's;
1 x 8 GB RAM at 2133 MT's;
Internal HDD ≥ 500GB HDD;
Integrated GPU minimum 256MB shared memory;
Ethernet port 10/100/1000 onboard;
4 x USB (2 x USB 3.0);
Wireless Mouse and Keyboard (Portuguese layout);
23" Full HD "touch screen";
Height adjustable and TILT function;
Power cord;
Win 11 certified;
Win 10 Professional x64 OS;
720p webcam with built-in microphone
EPEAT Certified (In Any EU Country), Energy Star 6.0 compliant and IT ECO Declaration;

### **Lote 3 – COMPUTADORES PORTÁTEIS SSD ≥ 500 GB**

Foram definidos 4 perfis (**Developer**; **Office Worker**; **Mobile Worker** e **Ultrabook**) baseados em diferentes perfis de utilizadores e necessidades.

As seguintes especificações são os requisitos mínimos que devem estar presentes em todos os perfis:

Requisitos mínimos para perfis de Portáteis
10th gen Intel® Core™ i7 CPU 10710U Processor (12M Cache, up to 4.7 GHz), with Extended Page Tables (EPT) or equivalent;
Wi-Fi ac + Bluetooth 5;
3 x USB (2 x USB 3.1 and 1 x USB-C Thunderbolt 3)
1 Video Output Ports (1 x Displayport ((if Displayport include adaptor to HDMI) or 1 x HDMI);
Smart Card Reader onboard;
720p webcam with built-in microphone;
Backlit, Portuguese layout and spill resistant keyboard;
AC Adapter with power cord;
Battery with minimum of 3 years international warranty;
USB mouse e keyboard (Portuguese layout);
Carry case;
Win 11 certified;
Win 10 Professional x64 OS
EPEAT Certified (In Any EU Country), Energy Star 6.0 compliant and IT ECO Declaration;
AC Adapter with power cord (if possible the same in all models);
Port replicator from the laptop manufacturer with AC Adapter and Power Cord that charges the laptop (if possible the same in all models) or USB C Thunderbolt 3

Adicionalmente, a tabela seguinte apresenta as restantes especificações divididas por perfis, as quais devem ser consideradas como parte dos requisitos mínimos do respetivo perfil:

	Especificações mínimas por perfil
<b>Developer</b> com docking station	2 x 8 GB RAM at 2400 MT/s;
	Internal SSD ≥ 500GB NVME;
	nVidia/AMD GPU with ≥ 1GB dedicated RAM or equivalent;
	15,6" screen (minimum 1920 x 1080);
	Weight max 2,25kg (with proposed battery included);
	Especificações mínimas por perfil
<b>Office Worker</b> com docking station	8 GB RAM at 2400 MT/s;
	Internal SSD ≥ 500GB NVME;
	Integrated GPU minimum 256MB shared memory;
	15,6" screen (minimum 1920 x 1080);
	Weight max 2,25kg (with proposed battery included);

<b>Mobile Worker</b> com docking station	Especificações mínimas por perfil
	8 GB RAM at 2400 MT/s;
	Internal SSD $\geq$ 500GB NVME;
	Integrated GPU minimum 256MB shared memory;
	14" screen (minimum 1920 x 1080);
	Weight max 1,9kg (with proposed battery included);

<b>Ultrabook</b> com docking station	Especificações mínimas por perfil
	8 GB RAM at 2400 MT/s;
	Internal SSD $\geq$ 500GB NVME;
	Integrated GPU minimum 256MB shared memory;
	Screen $\geq$ 12,5" and $\leq$ 13,3" (minimum 1920 x 1080);
	Weight max 1,9kg (with proposed battery included);

\* Todos os computadores do presente lote devem ter “*docking station*”.



## **Lote 4 – COMPUTADORES PORTÁTEIS SSD ≥ 1TB**

Foram definidos 5 perfis (**Developer; Office Worker c/ Docking e Office Worker s/ Docking; Mobile Worker e Ultrabook**) baseados em diferentes perfis de utilizadores e necessidades.

As seguintes especificações são os requisitos mínimos que devem estar presentes em todos os perfis:

Requisitos mínimos para perfis de Portáteis	
10th gen Intel® Core™ i7 CPU 10710U Processor (12M Cache, up to 4.7 GHz), with Extended Page Tables (EPT) or equivalent;	
Wi-Fi ac + Bluetooth 5;	
3 x USB (2 x USB 3.1 and 1 x USB-C Thunderbolt 3)	
1 Video Output Ports (1 x Displayport ((if Displayport include adaptor to HDMI) or 1 x HDMI);	
Smart Card Reader onboard;	
720p webcam with built-in microphone;	
Backlit, Portuguese layout and spill resistant keyboard;	
AC Adapter with power cord;	
Battery with minimum of 3 years international warranty;	
USB mouse e keyboard (Portuguese layout);	
Carry case;	
Win 11 certified;	
Win 10 Professional x64 OS	
EPEAT Certified (In Any EU Country), Energy Star 6.0 compliant and IT ECO Declaration;	
AC Adapter with power cord (if possible the same in all models);	
Port replicator from the laptop manufacturer with AC Adapter and Power Cord that charges the laptop (if possible the same in all models) or USB C Thunderbolt 3	

Adicionalmente, a tabela seguinte apresenta as restantes especificações divididas por perfis, as quais devem ser consideradas como parte dos requisitos mínimos do respetivo perfil:

<b>Developer</b> Com Docking station	Especificações mínimas por perfil
	2 x 8 GB RAM at 2400 MT/s;
	Internal SSD ≥ 1TB NVME;
	nVidia/AMD GPU with ≥ 1GB dedicated RAM or equivalent;
	15,6" screen (minimum 1920 x 1080);
<b>Office Worker</b> Com e Sem Docking station	Weight max 2,25kg (with proposed battery included);
	Especificações mínimas por perfil
	8 GB RAM at 2400 MT/s;
	Internal SSD ≥ 1TB NVME;
	Integrated GPU minimum 256MB shared memory;
<b>Office Worker</b> Com e Sem Docking station	15,6" screen (minimum 1920 x 1080);
	Weight max 2,25kg (with proposed battery included);

<b>Mobile Worker</b> Com Docking station	Especificações mínimas por perfil
	8 GB RAM at 2400 MT/s;
	Internal SSD $\geq$ 1TB NVME;
	Integrated GPU minimum 256MB shared memory;
	14" screen (minimum 1920 x 1080);
	Weight max 1,9kg (with proposed battery included);

<b>Ultrabook</b> Com Docking Station	Especificações mínimas por perfil
	8 GB RAM at 2400 MT/s;
	Internal SSD $\geq$ 1TB NVME;
	Integrated GPU minimum 256MB shared memory;
	Screen $\geq$ 12,5" and $\leq$ 13,3" (minimum 1920 x 1080);
	Weight max 1,9kg (with proposed battery included);

### **Lote 5 – Portátil Industrial**

Requisitos mínimos para portáteis industriais
Intel Core i3-8145U 4MB Cache, 2 Core, 210 GHZ to 3.90 GHZ
8 <sup>th</sup> Generation Intel Core i3-8145U
11.6-inch, FHD 1920 x 1080 @60 Hz, 1000 Nit Outdoor-Readable, Anti-Glare, Anti-Smudge, Polarizer, Glove-Capable Touchscreen
Polarizer, Glove-Capable Touchscreen
5MP HD Webcam / 8MP Rear Camera with Flash and Dual Microphone
WLAN Chassis with LCD
No Smart Card Reader
No Fingerprint Reader
8GB LPDDR3, 2133 MHz
M.2 256GB SATA Class 40 Solid State Drive
45 Watt AC Adapter
European Power Cord
34 Whr, 2-Cell Lithium Ion Primary Battery, ExpressCharge™, user-replaceable, dual hot-swappable
MOD,BTRY,34WHR,2C,LITH,SMP
Mini Serial Port
System Regulatory Label
Regulatory Label (WLAN)
Dual Microphones
Intel® Wi-Fi 6 AX200, 2 x 2, 802.11ax with MU-MIMO, without Bluetooth
Bracket for Wireless card
Connector for I/O Expansion
Windows 10 Pro (64Bit) Portuguese
No Out-of-Band Systems Management
OS Recovery
IP65 Keyboard with Kickstand
Weight max 2,4kg (with proposed battery included)
Cross Strap Rugged Extreme Tablet
Configurações compatíveis com o ENERGY STAR

\* Todos os computadores do presente lote devem ter “*docking station*”.

### **Lote 6 – Monitores**

Foram definidos 3 perfis (**Padrão; Grande Formato, Grande Formato Ultra-Wide Curvo**) diferentes perfis de utilizadores e necessidades.

As seguintes especificações são os requisitos mínimos que devem estar presentes em ambos os perfis:

Requisitos mínimos para perfis de monitores	
Integrated VGA and HDMI (HDMI – HDMI cable);	
Height-adjustable / Tilt / Swivel;	
EPEAT Certified (In Any EU Country), Energy Star 6.0 compliant and IT ECO Declaration;	
Power Cord with 1,8m;	
All video cables must be at least 1.8m;	

Adicionalmente, a tabela seguinte apresenta as restantes especificações divididas por perfis, as quais devem ser consideradas como parte dos requisitos mínimos do respetivo perfil:

Especificações mínimas por perfil	
Padrão	Ecrã 23" (1920 x 1080);
Grande Formato	Ecrã 27" (1920 x 1080);
Grande Formato Ultra-Wide Curvo	Ecrã 37,5" (3840 x 1600);

## ANEXO III

### LOCAIS DE ENTREGA

#### I. Locais de entrega:

Empresa	Morada	Cód. Postal	Localidade	Telefone
<b>AdP VALOR – Serviços Ambientais S.A</b>	Rua Visconde de Seabra, 3	1700-421	Lisboa	<b>212469500</b>
<b>AdN - Águas do Norte, S.A.</b>	Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A	5000-669	Vila Real	<b>259309370</b>
<b>ADAM - Águas do Alto Minho, S.A.</b>	Rua São Bartolomeu dos Mártires n.º 156	4904-878	Viana do Castelo	<b>258806900</b>
<b>AdRA - Águas da Região de Aveiro</b>	Travessa Rua da Paz, nº4 - Cacia	3800-587	Aveiro	<b>234910200</b>
<b>AdCL - Águas do Centro Litoral S.A.</b>	Av. Dr. Luís Albuquerque	3030-410	Coimbra	<b>239980900</b>
<b>EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.</b>	Avenida da Liberdade, nº 24, 1º	1250-144	Lisboa	<b>213251000</b>
<b>SIMARSUL — Saneamento da Península de Setúbal, S. A.</b>	ETAR Quinta do Conde III - EN 10	2975-403	Quinta do Conde	<b>265544000</b>
<b>AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.</b>	Rua Dr. Aresta Branco, nº 51	7800-310	Beja	<b>284101100</b>
<b>AdSA - Águas de Santo André, S.A.</b>	Cerca da Água, Rua dos Cravos - Apartado 64	7500-130	Vila Nova de Santo André	<b>269708254</b>
<b>AdA - Águas do Algarve, S.A.</b>	Rua do Repouso, nº 10	8000-302	Faro	<b>289899070</b>

## 2. Locais de prestação do serviço de assistência técnica **ONSITE**:

Empresa	Morada	Cód. Postal	Localidade
<b>AdP VALOR – Serviços Ambientais, S.A.</b>	Rua Visconde de Seabra, 3	1700-421	Lisboa
<b>AdN - Águas do Norte, S.A.</b>	Armazém Central, Rua da Carriça, N.º S.ª dos Remédios - Folhadela	5000-103	Vila Real
	ETA de Areias de Vilar, Lugar de Gaído	4755-045	Barcelos
	Rua Doutor Roberto de Carvalho, n.º 78-90	4810-284	Guimarães
<b>ADAM - Águas do Alto Minho, S.A.</b>	Rua São Bartolomeu dos Mártires n.º 156	4904-878	Viana do Castelo
<b>AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.</b>	Travessa Rua da Paz, nº4 - Cacia	3800-587	Aveiro
<b>AdCL - Águas do Centro Litoral S.A.</b>	ETAR Olhalvas - Av. Comunidade Europeia	2410-099	Leiria
	Rua Capitão Sousa Pizarro, 60	3810-076	Aveiro
	ETA da Boavista - Av. Dr. Luís Albuquerque	3030-410	Coimbra
<b>EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.</b>	Avenida da Liberdade, nº 24, 1.º	1250-144	Lisboa
<b>SIMARSUL — Saneamento da Península de Setúbal, S.A.</b>	ETAR Quinta do Conde III - EN 10	2975-403	Quinta do Conde
<b>AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.</b>	Rua Dr. Aresta Branco, nº 51	7800-310	Beja
<b>AdSA - Águas de Santo André, S.A.</b>	Cerca da Água, Rua dos Cravos - Apartado 64	7500-130	Vila Nova de Santo André
<b>AdA - Águas do Algarve, S.A.</b>	Rua do Repouso, nº 10	8000-302	Faro

## ANEXO IV

### PREÇOS-BASE E PREÇOS UNITÁRIOS MÁXIMOS, POR LOTE

**Tabela 1 – Preços-base por Lote**

Lote		Preço-base por lote
1	COMPUTADORES FIXOS	€ 58.200,00 (cinquenta e oito mil e duzentos euros)
2	ALL-IN-ONE	€ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos euros)
3	COMPUTADORES PORTÁTEIS SSD ≥ 500 GB	€ 252.580,00 (duzentos e cinquenta e dois mil quinhentos e oitenta euros)
4	COMPUTADORES PORTÁTEIS SSD ≥ 1TB	€ 382.600,00 (trezentos e oitenta e dois mil e seiscentos euros)
5	PORTÁTIL INDUSTRIAL	€ 77.000,00 (setenta e sete mil euros)
6	MONITORES	€ 69.540,00 (sessenta e nove mil, quinhentos e quarenta euros)

**Tabela 2 – Preços unitários máximos**

Lote		Perfil HW	Preços Base unitários
1	COMPUTADORES FIXOS	PADRÃO	€ 650,00 (seiscentos e cinquenta euros)
		ALTO DESEMPENHO	€ 750,00 (setecentos e cinquenta euros)
		INDUSTRIAL	€ 800,00 (oitocentos euros)
2	ALL-IN-ONE	ALL-IN-ONE	€ 800,00 (oitocentos euros)
3	COMPUTADORES PORTÁTEIS SSD ≥ 500 GB	DEVELOPER c/Docking	€ 1.100,00 (mil e cem euros)
		OFFICE WORKER c/Docking	€ 980,00 (novecentos e oitenta euros)
		MOBILE WORKER c/Docking	€ 1.000,00 (mil euros)
		ULTRABOOK c/Docking	€ 1.050,00 (mil e cinquenta euros)
4	COMPUTADORES PORTÁTEIS SSD ≥ 1TB	DEVELOPER c/Docking	€ 1.200,00 (mil e duzentos euros)
		OFFICE WORKER c/Docking	€ 1.080,00 (mil e oitenta euros)
		OFFICE WORKER sem Docking	€ 1.000,00 (mil euros)
		MOBILE WORKER c/Docking	€ 1.100,00 (mil e cem euros)
		ULTRABOOK c/Docking	€ 1.150,00 (mil cento e cinquenta euros)
5	PORTÁTIL INDUSTRIAL	INDUSTRIAL c/Docking	€ 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta euros)
6	MONITORES	PADRÃO	€ 120,00 (cento e vinte euros)
		GRANDE FORMATO	€ 150,00 (cento e cinquenta euros)
		GRANDE FORMATO Ultra-Wide Curvo	€ 750,00 (setecentos e cinquenta euros)

## ANEXO V

### REPORT INFORMAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ENTREGUES

Nome Marca	Modelo	Tipo Equipamento	Perfil	SerialNumber	Data Entrega	Data Aceitação	Data Início Garantia	Data Fim Garantia	Garantia Internacional	SLA Contratado	Sistema Operativo Microsoft	Chave Produto Microsoft	Local Entrega do Adjudicante
Texto	Alfanumérico			Alfanumérico	Data	Data	Data	Data	Sim/Não	Alfanumérico	Texto	Alfanumérico	Texto
		COMPUTADORES FIXOS	Padrão										
			Alto Desempenho										
			Industrial										
		ALL-IN-ONE											
		COMPUTADORES PORTÁTEIS SSD ≥ 500 GB	DEVELOPER c/Docking										
			OFFICE WORKER c/Docking										
			MOBILE WORKER c/Docking										
			ULTRABOOK c/Docking										
		COMPUTADORES PORTÁTEIS SSD ≥ 1TB	DEVELOPER c/Docking										
			OFFICE WORKER c/Docking										
			OFFICE WORKER s/ Docking										
			MOBILE WORKER c/Docking										
			ULTRABOOK c/Docking										
		PORTÁTIL INDUSTRIAL c/ Docking											
		MONITOR	Padrão										
			Grande Formato										
			Ultra-Wide Curvo										